

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

2019



Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 24 de novembro de 2020

Índice

I.	Introdução.....	6
II.	Presidência e Direção.....	7
i.	Tomada de posse	7
ii.	Orientações gerais	7
iii.	Acessibilidade à Informação	7
a.	Site oficial.....	7
b.	Registo e transmissão online de eventos.....	8
iv.	Desenvolvimento e Redinamização Desportiva.....	8
a.	Campeonatos Europeus.....	8
b.	Campeonato Internacional Cidade de Ourense.....	9
c.	Taça de Portugal.....	9
d.	“8th World Health Qigong Tournament & Exchange”	9
e.	15º Campeonato do Mundo de Wushu	10
f.	Campeonatos Nacionais de Kung Fu.....	10
g.	Campeonatos Nacionais de Wushu	11
v.	Desenvolvimento da Formação	11
h.	Formação de Arbitragem	11
i.	Formação de Treinadores	11
vi.	Desenvolvimento Administrativo	12
a.	Automatização de Processos	12
b.	Recursos Humanos.....	13
c.	Equilíbrio de Contas	14

III.	Relatório da Formação - Departamento de Formação e Qualificação de Treinadores	15
i.	Introdução.....	15
ii.	Ações de Formação Contínua (componente específica e Geral) de Treinadores.....	15
iii.	Cursos de Treinadores	15
IV.	Relatório da Formação – Conselho de Arbitragem.....	16
i.	Formações de Arbitragem em 2019	16
ii.	Sessões Práticas – participação em provas desportivas	17
V.	Relatório da Competição	21
i.	Introdução.....	21
ii.	Campeonato Europeu de Kung Fu Tradicional	21
iii.	Taça de Portugal.....	22
iv.	Campeonato Internacional Cidade de Ourense.....	23
v.	15º Campeonato do Mundo de Wushu	24
vi.	8º Campeonato do Mundo de Qigong.....	25
vii.	Campeonato Nacional de Kung Fu.....	26
viii.	Campeonato Nacional de Wushu	27
VI.	Situação económico-financeira.....	29
i.	Quadro descritivo.....	29
ii.	Proposta para aplicação de resultados	29
iii.	Demonstrações Financeiras do Período 2019	30
d.	Balanço em 31/12/2019.....	30
e.	Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	32
f.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2019	33
g.	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	35

VII. ANEXOS	37
i. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019	38
Identificação da Entidade	38
Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	38
Principais Políticas Contabilísticas	38
Bases de Apresentação	38
Políticas de Reconhecimento e Mensuração	40
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	44
Ativos Fixos Tangíveis	44
Ativos Intangíveis	46
Locações	46
Custos de Empréstimos Obtidos	46
Inventários	46
Rédito	46
Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	47
Subsídios/apoios do Governo e entidades públicas	47
Efeitos de alterações em taxas de câmbio	47
Imposto sobre o Rendimento	47
Empregados	47
Divulgações exigidas por outros diplomas legais	48
Outras Informações	48
Investimentos Financeiros	48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	48
Clientes e Utentes	48

Outras contas a receber	48
Diferimentos.....	48
Outros Ativos Financeiros	48
Caixa e Depósitos Bancários	48
Fundos Patrimoniais.....	49
Fornecedores	49
Estado e Outros Entes Públicos.....	49
Outras Contas a Pagar	49
Outros Passivos Financeiros.....	49
Subsídios, doações e legados à exploração.....	49
Fornecimentos e serviços externos	50
Outros rendimentos e ganhos	50
Outros gastos e perdas.....	50
Resultados Financeiros.....	50
Acontecimentos após data de Balanço	51
ii. Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas – Balancete Final.....	52
iii. Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas – Balancete Regularizações	59
iv. Filiação de Agentes Desportivos	64

I. Introdução

No âmbito de um contexto de mandato eleitoral intermédio elaborou-se este relatório considerando um conjunto de pressupostos que condicionam a sua estrutura e conteúdos, buscando um adequado enquadramento e transparência, permitindo aos associados uma leitura e contextualização facilitadas.

Assim, no que respeita à divisão do documento, considerou-se a integração de cinco relatórios: presidente e direção, diretor para a formação, diretor desportivo, conselho de arbitragem e contas. Esta divisão assenta nos objetivos principais de candidatura da atual direção: Desenvolvimento e Redinamização Desportiva, Desenvolvimento da Formação (treinadores e árbitros), Equilíbrio de Contas, Acessibilidade à Informação.

II. Presidência e Direção

i. Tomada de posse

A atual direção tomou posse a abril de 2019, no decurso de demissão da direção anterior e consequente ato eleitoral, por um mandato a prescrever em 2020, conforme regulamento eleitoral no seu artigo segundo número um.

ii. Orientações gerais

Optou a direção por dar continuidade, tanto quanto a realidade federativa o permitisse, às atividades previstas no Plano de Atividades aprovado (PA) para 2019, considerando outras deliberações da Assembleia Geral, enquadrando os seus objetivos, eventualmente não previstos no PA mas sufragados eleitoralmente, como atividades extraordinárias. Optou também, até por desconhecimento da realidade administrativa, por dar continuidade a serviços contratados, procedimentos funcionais e administrativos, tanto quanto possível até ao final de 2019. Mantiveram-se como objetivos gerais, aqueles traçados no decurso das consultas pré-eleitorais às associações, identificados pela atual direção como fundamentais à redinamização da atividade da FPAMC: Desenvolvimento e Redinamização Desportiva, Desenvolvimento da Formação (treinadores e árbitros), Equilíbrio de Contas, Acessibilidade à Informação.

iii. Acessibilidade à Informação

Verificados vários pontos fracos na acessibilidade à informação por parte dos sócios e filiados, bem como do público em geral, foi priorizada a reestruturação ou criação de duas ferramentas de divulgação: o site oficial da FPAMC e a transmissão e registo online dos eventos desportivos.

a. Site oficial

Para além do desenho de ecrãs (layout) desatualizado e de difícil consulta, constatou-se a desatualização da informação contida, alguma com última atualização a 2014 (p.e. em notícias: “Curso Health Qigong 6 a 8 Junho2014”).

Assim criou-se uma nova página de design renovado e atual, com capacidade de consulta mais simplificada, integração de espaços para incorporação de transmissão de eventos online, suporte de arquivo digital e layout que assegure a divulgação eficaz de notícias federativas, bem como o cumprimento de obrigações burocráticas institucionais. A renovação do site foi uma aspiração identificada nos sócios, filiados, organizações de praticantes não filiadas e público interessado nas modalidades.

b. Registo e transmissão online de eventos

Considerando a direção que o acesso à informação é determinante de uma política de transparência e cooperação, querendo o desenvolvimento de uma cidadania desportiva participativa, determinou-se que o acesso às realidades competitivas nacionais deveria ser globalizado através de ferramentas acedíveis a todos. Assim implementou-se como procedimento regular a transmissão online, em direto e em diferido, das provas desportivas, em formatos suportáveis e dentro da exequibilidade permitida pela qualidade das comunicações em cada local de realização. Na nítida mudança de políticas de comunicação destaca-se a regularidade, abrangência das transmissões e o mecanismo de disseminação: a internet (site e redes sociais).

iv. Desenvolvimento e Redinamização Desportiva

Embora objeto, adiante, de relatório da responsabilidade do diretor desportivo da FPAMC, enquadram-se de seguida, tipologicamente, e por ordem de concretização, os diversos eventos desportivos na política de desenvolvimento da FPAMC para 2019 (abril a dezembro).

a. Campeonatos Europeus

Nos meses de maio e junho as seleções nacionais estiveram envolvidas no projeto de participação nos Campeonatos Europeus de Kung Fu em Moscovo (Rússia), fazendo tocar seis vezes o hino nacional num palco internacional significativamente alargado. Esta foi uma participação prevista no programa do anterior executivo e aprovada pelo atual executivo no âmbito da política de continuidade adotada, dentro das limitações e condicionantes previsíveis num mandato intermédio. O presidente da federação e a presidente do conselho de arbitragem eleitos acompanharam a comitiva já prevista, participando nos eventos que normalmente assistem a

projetos desta natureza, como congressos ou assembleias e formações de arbitragem, entre outros, de acordo com o seu estatuto representativo.

b. Campeonato Internacional Cidade de Ourense

Depois do europeu em Moscovo as seleções nacionais deslocaram-se a Espanha (Ourense) para participação no Campeonato Internacional Cidade de Ourense, ainda em junho. Participação também prevista no plano de atividades (PA) da FPAMC e também integrada na política de continuidade já mencionada. Sendo uma prova com tradição em termos de resultados desportivos, e proximidade geográfica, foi considerada como estratégica na rotação de preparação das seleções.

c. Taça de Portugal

Realizada na fase final do mês de julho, evento não realizado desde 2004, parte das medidas de implementação da estratégia de revitalização desportiva da FPAMC, foi concretizada obedecendo a um conjunto de princípios diferenciadores e de motivação à prática disciplinarmente transversal das AMC por parte de clubes e praticantes. Assim definiu-se como uma competição com prémios atribuídos por resultados apurados segundo a participação num conjunto pré-definido de provas. As provas abrangiam disciplinas de várias modalidades, valorizando a transversalidade das práticas de treino característica de uma grande parte das associações filiadas. Aproveitou-se também esta prova para lançar uma disciplina de combate sem qualquer tradição em taças ou campeonatos nacionais em Portugal, mas que esteve presente nos europeus de Moscovo, e, na qual por razões óbvias não tivemos representação. Serviu assim esta prova também para colmatar uma falha do nosso sistema competitivo. A participação na prova foi satisfatória na medida em que registou um aumento participativo face às provas desportivas de épocas anteriores, essencialmente campeonatos nacionais.

d. “8th World Health Qigong Tournament & Exchange”

Mais uma participação na competição mundial da modalidade de Qigong, com a presença de duas atletas, galardoadas com quatro medalhas, traduz a concretização da intenção de continuidade e reforço participativo desportivo internacional. É de reforçar o empenho e esforço pessoal e

financeiro de atletas e técnico acompanhante que possibilitaram a presença nesta prova internacional, a de nível mais elevado e de maior representação na modalidade.

e. 15º Campeonato do Mundo de Wushu

De 19 a 23 de outubro decorreu o 15º Campeonato do Mundo de Wushu, em Shanghai (China), com a presença e participação de cinco atletas da seleção nacional, acompanhados pelo presidente e vice-presidente da FPAMC. Parte da estratégia de retoma e revitalização da atividade desportiva, neste caso de âmbito internacional, esta participação retoma a presença das cores portuguesas em campeonatos do mundo de Wushu de equipas seniores. Fundamentalmente por constrangimentos de natureza financeira as seleções nacionais não têm conseguido reunir condições de preparação e deslocação a estas provas, levando as cores nacionais ao mais alto palco competitivo da modalidade. Constrangimentos superados graças, mais uma vez, ao sacrifício financeiro e pessoal de dirigentes e atletas. Conseguiu-se assim uma participação e representação condignas, contribuindo entre outros aspetos, para a formação de quadros técnicos visando a preparação de futuras participações em provas deste nível técnico e organizacional. Serviu também como pesquisa e estudo de campo sobre organização e gestão de provas desportivas de dimensão internacional, permitindo a preparação adequada de quadros técnicos que assistam à organização de eventos desta natureza em território nacional. Saldou-se como positiva, e determinante na retoma da representação neste palco competitivo, a presença da delegação nacional.

f. Campeonatos Nacionais de Kung Fu

Em novembro realizaram-se os campeonatos nacionais de Kung Fu, em São João da Madeira, com uma presença de atletas que já não se registava à algumas edições num evento desportivo da FPAMC. Para isso contribuiu a dinâmica desportiva prévia, de participação internacional e de realização da taça de Portugal, que assegurou uma filiação maior de clubes e atletas, permitindo não só o aumento do número de atletas em prova, como um aumento do número que elementos de apoio técnico à realização da mesma. Os clubes responderam positivamente à solicitação de participação viabilizando o crescimento e alcance comunitário da prova. Também, dentro da implementação das estratégias definidas pela direção, foi efetuada a transmissão direta da prova,

online, com a conceção de um resumo para publicação posterior. A reação global a esta iniciativa foi positiva, contribuindo para o maior acesso e transparência da prova, como objetivado pela direção.

g. Campeonatos Nacionais de Wushu

Realizados no mês de dezembro, em Porto de Mós, os campeonatos nacionais de wushu conseguiram, no formato estipulado, ser uma prova que registou um aumento significativo de participação na modalidade de Wushu Tao Lu. Registou-se, ainda, uma frequência reduzida nas provas de Sanda (disciplina de Sanda) que sugere uma análise e avaliação de estratégias a implementar para a recuperação desta disciplina de combate. Na mesma modalidade (Sanda) as disciplinas de Qingda e Tui Shou (esta última realizada pela primeira vez neste circuito) associadas aos campeonatos de Kung Fu tiveram presença significativa. Assim haverá que pensar um modelo distinto para revitalização da disciplina de Sanda, até pela sua importância no calendário de participação internacional.

v. Desenvolvimento da Formação

h. Formação de Arbitragem

Com 71 presenças nas ações de formação para árbitros, organizadas pelo conselho de arbitragem eleito, reforçou-se o corpo de arbitragem com novos elementos necessários à redinamização desportiva planeada. O reforço dos corpos de arbitragem é indispensável à viabilização da reintrodução de provas como os regionais no calendário competitivo previsto para 2020. Também o natural desgaste associado a um corpo reduzido de arbitragem deve ser combatido com um reforço constante na área da formação, dirigida aos elementos que o compõem e à captação de novos. A arbitragem deveria ser uma aposta adicional das tutelas no financiamento às federações. Só com um adequado programa de financiamento público à arbitragem desportiva, independente das gestões das direções federativas se poderá alcançar a dinâmica adequada no juízo e arbitragem desportivos.

i. Formação de Treinadores

Relativamente à formação de treinadores, com maior incidência nos cursos de treinadores, foram identificados dois aspetos que poderiam estar a contribuir para uma adesão mais fraca e

decrecente às ações de formação: custo das formações e número de instituições filiadas na FPAMC. No que respeita ao segundo já foi referenciada a política de abertura e captação de instituições e filiados que resultou no já citado incremento à dinâmica desportiva. Relativamente ao custo das formações, houve um decréscimo significativo em valor nominal, em particular nos cursos de treinadores realizados. Assim para além duma boa adesão aos cursos de formação contínua de treinadores, registou-se um número significativo de inscrições no curso de Treinadores de Wushu/Kung Fu, que também teve como novidade a presença de formadores convidados vindos de Shangai (professores de educação física ligados ao departamento de Wushu da Universidade de Shangai). Na formação contínua de treinadores cumpriram-se um conjunto significativo de projetos já previstos pelo PA aprovado, registando-se maioritariamente uma execução de continuidade face ao anterior executivo. No total registaram-se 13 eventos de formação contínua. Já no âmbito dos cursos de formação de treinadores, os cursos concretizados por projeto da nova direção tiveram 23 inscrições, 17 em Wushu/Kung Fu e 6 em Sanda. A potencial formação de 23 novos técnicos representa um impacto significativo na comunidade, caso terminem os seus estágios e exerçam como treinadores. No âmbito do Wushu/Kung Fu o reforço é significativo e permite à FPAMC a concentração de esforços posteriores na realização de cursos de grau 2 a grau 4. No âmbito do Sanda será necessário realizar mais cursos para o grau 1, pelo menos de acordo com as necessidades identificadas ou solicitações à sua realização.

vi. Desenvolvimento Administrativo

a. Automatização de Processos

No domínio dos procedimentos administrativos afetos às atividades nucleares da FPAMC registou-se um atraso significativo na implementação de processos de automação eletrónica. Assim processos como inscrições em eventos de formação ou competição, sorteios e ordenações, bases de dados de sócios ou filiados, prosseguiram com processos predominantemente manuais, ou com a utilização de ferramentas informáticas completamente desadequadas aos fins ou propósitos, ou numa mescla de ambos. Embora escasso o tempo para uma integração informática de ferramentas eletrónicas adequadas a cada propósito, iniciou-se esse processo, sob o princípio de ponto único de acesso geral, através do site oficial da FPAMC. Para além da renovação do site iniciou-se um processo de habituação gradual dos sócios à utilização de formulários eletrónicos, iniciando-se

também a construção de uma ou mais bases de dados de acesso integrado e simplificado, permitindo ou acesso mais rápido e abrangente a dados relevantes, eliminando redundâncias e facilitando o cruzamento e utilização de informação. No domínio daquilo que se planeia ser a atividade da FPAMC em torno do seu objeto estatutário, registou-se já este ano uma assinalada simplificação e clarificação de processos. Assim, gestão de sócios, gestão de eventos e arbitragem serão os focos do projeto iniciado já pela atual direção.

No domínio das obrigações administrativas para com as tutelas estatais, decorrentes dos processos burocráticos associados ao estatuto de Utilidade Pública Desportiva, identificou-se também como absolutamente necessário o desenvolvimento de um processo de informatização, para colmatar as dificuldades encontradas, parcialmente provocadas pela falta de vocação burocrática dos atores do processo de desenvolvimento das atividades ligadas às Artes Marciais Chinesas, em particular relativo a atividades que não relacionadas com o objeto, ou atividades nucleares, dos clubes ou associações de praticantes. No entanto qualquer investimento federativo nesta área assume um caráter provisório que se refletiria em custos acrescidos, e inoportáveis para a FPAMC, associados às regulares alterações do quadro legislativo. Considera assim, a atual direção, que o processo de simplificação e automatização associado a obrigações contratuais com o IPDJ deverá ser objeto de negociação como a mesma entidade, quanto à sua adequação à realidade das Artes Marciais Chinesas, e implementação, nos âmbitos nacional e internacional.

b. Recursos Humanos

Dado o caráter voluntário, não remunerado e dificilmente ressarcido de custos com o exercício, da atividade de dirigente federativo, independentemente do cargo, mantém-se a dificuldade, já identificada, de conseguir uma colaboração e participação regular e atempada na gestão da federação, que vá para além da atividade e contribuição dos clubes ou associações. Por outro lado, identificou-se também a dificuldade dos próprios clubes na captação e gestão de recursos humanos afetos ao desenvolvimento de processos burocráticos associados à atividade dos mesmos. Um aspeto sobre o qual a medição desta dificuldade é relativamente simples é o do adequado registo do percurso curricular dos atletas ou praticantes, nalgumas instituições nem existente. As conclusões a que chegamos levam-nos a uma estratégia básica: intensificar as ações de formação orientadas à gestão e administração de associações, bem como à pedagogia nas AMC.

c. Equilíbrio de Contas

A orientação financeira desta direção seguiu um princípio básico: toda a atividade federativa está condicionada ao saldo positivo existente nas contas da FPAMC. De abril a dezembro, foi necessário o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas identificáveis como centros de proveitos que permitissem custear uma parte significativa da atividade federativa. Com a colaboração de sócios, com um aumento da dinâmica e eventos foi possível manter um equilíbrio nas contas federativas. Atingiu-se assim o objetivo financeiro possível, perspetivando-se um potencial de crescimento em anos vindouros, assim a conjuntura externa à FPAMC o permita.

III. Relatório da Formação - Departamento de Formação e Qualificação de Treinadores

i. Introdução

Reporte estatístico e enquadramento contextual das formações dirigidas a treinadores. Embora quase todas as formações fossem abertas à comunidade de praticantes, o seu objetivo principal é a qualificação de treinadores, bem como a obtenção de créditos necessários à renovação das respetivas carteiras profissionais.

ii. Ações de Formação Contínua (componente específica e Geral) de Treinadores

No ano de 2019 foram realizadas 12 ações de formação contínua de treinadores. 11 ações de formação na componente específica e 1 ação na componente geral, tendo a participação total de 94 formandos.

- Modalidade Qi Gong (4) – Códigos da Ação; 55117732 – 55119913 – 55119915 – 55121588
- Modalidade Tai Ji (3) – Códigos da Ação; 55119912 – 55119916 – 55121493
- Modalidade Wu Shu/Kung Fu (2) – Códigos da Ação; 55121495 – 55121497
- Modalidades Tai Ji e Qi Gong (2) – Códigos da Ação; 55118412 - 55118411

Nota: estas ações de formação, fazendo parte do plano de atividades da direção anterior, foram realizadas nos modelos previstos pelo departamento de formação da direção anterior.

- Componente Geral (1) (Ética no Desporto) - Código da Ação; 55121877

iii. Cursos de Treinadores

No ano de 2019 foram realizadas 2 cursos de Formação Inicial de Treinadores.

- Curso de Formação Inicial de Treinadores de Wu Shu/Kung Fu, Grau I, com a participação de 17 formandos. Códigos da Ação; 55120195.
- Curso de Formação Inicial de Treinadores de Sanda, Grau I, com a participação de 6 formandos. Códigos da Ação; 55120543.

IV. Relatório da Formação – Conselho de Arbitragem

i. Formações de Arbitragem em 2019

Data	Local	Formadores	N.º Formandos	Modalidades						
				SANDA	QINGDA	TUI SHOU	SHUAI JIAO	WUSHU	KUNG FU	TAI CHI
1/6/2019	Oeiras	Elisabete Inocentes Mário Lameiras	8		X	X			X	
15/6/2019	São João da Madeira	Elisabete Inocentes	11		X	X				
16/6/2019	São João da Madeira	Mário Lameiras	13						X	
2/11/2019	São João da Madeira	Dinis Braz Mário Lameiras	12					X	X	X
3/11/2019	São João da Madeira	Américo Castro Celso Barja	7		X	X	X			
30/11/2019	Porto	Américo Castro Pedro Magalhães	7					X	X	
7/12/2019	São João da Madeira	Américo Castro Elisabete Inocentes	13	X		X				
			71	1	3	3	1	2	4	1

Apesar deste mandato ter iniciado a meio do ano de 2019. Foram efetuadas formações de arbitragem em todas as modalidades, com incidência nas modalidades com maior número de atletas federados. Os formadores foram selecionados pela sua experiência e disponibilidade colaborativa. O conselho de arbitragem esteve presente, ou representado, em todas as formações e em todas as atividades de prática.

ii. Sessões Práticas – participação em provas desportivas

Data	Prova	Local	Árbitros	Modalidades / Disciplinas						
				SANDA	QINGDA	TUI SHOU	SHUAI JIAO	WUSHU	KUNG FU	TAI CHI
24/4 a 2/5/2019	5TH EUROPEAN KUNG FU CHAMPIONSHIPS 2019	Moscovo, Rússia	Elisabete Inocentes	X	X	X				
			Manuel Cruz	X	X	X				
8/6/2019	XIII CAMPEONATO DE KUNG FU TRADICIONAL DA AAMYP	Setúbal	Augusto Pinto							
21 a 23/6/2019	TORNEIO INTERNACIONAL DE OURENSE	Ourense, Espanha	Ana Rita Rego					X		X
			Dinis Braz						X	X
			Elisabete Inocentes	X	X					

Data	Prova	Local	Árbitros	Modalidades / Disciplinas							
				SANDA	QINGDA	TUI SHOU	SHUAI JIAO	WUSHU	KUNG FU	TAI CHI	
20/7/2019	TAÇA DE PORTUGAL	São João da Madeira	Américo Castro António Guedes Celso Barja Cláudia Reis Frederico Silva José Tavares Nadine Castro		X	X					
			Ana Oliveira Dinis Braz Nuno Cadilhe Sofia Rollin e Duarte Vânia Gonçalves						X	X	
			Elisabete Inocentes Mário Lameiras		X	X			X	X	
23 e 24/11/2019	CAMPEONATOS NACIONAIS DE KUNG FU TRADICIONAL	São João da Madeira	José Tavares Vânia Gonçalves						X	X	
			António Guedes Celso Barja Cláudia Reis Diogo Neves Frederico Silva José Tavares Manuel Cruz Nadine Castro		X	X					

Data	Prova	Local	Árbitros	Modalidades / Disciplinas						
				SANDA	QINGDA	TUI SHOU	SHUAI JIAO	WUSHU	KUNG FU	TAI CHI
23 e 24/11/2019	CAMPEONATOS NACIONAIS DE KUNG FU TRADICIONAL	São João da Madeira	Américo Castro Ana Oliveira Dinis Braz Elisabete Inocentes Mário Lameiras Sofia Rollin e Duarte Tomás Reis		X	X			X	X
14 e 15/12/2019	CAMPEONATO NACIONAL DE WUSHU	Porto de Mós	Márcio Santos Steven Coelho					X		X
			Celso Barja Claúdia Reis Diana Santos Filipe Santos Jorge Soares	X						
			Américo Castro Elisabete Inocentes Frederico Silva Paulo Silva Pedro Magalhães Sofia Rollin e Duarte	X				X		X

Das 7 dezenas de árbitros que receberam formação este ano quase 40% são ativos na presença em provas. Ano inicial do mandato serviu para formar, motivar e tentar acreditar as formações, o que já se veio a verificar, embora em formações que só se realizam no próximo ano civil. Sendo muitos dos árbitros

simultaneamente dirigentes, treinadores, treinadores estagiários ou atletas é para eles de suma importância rentabilizar o seu tempo e sendo as formações de arbitragem creditadas para formação contínua isso acontece. Foi talqualmente prioridade na condução dos trabalhos de arbitragem a auscultação e a, conseqüente, definição de critérios para a criação de níveis na arbitragem com conferência de direitos e deveres distintos que promovam a estabilidade da carreira de arbitragem.

V. Relatório da Competição

i. Introdução

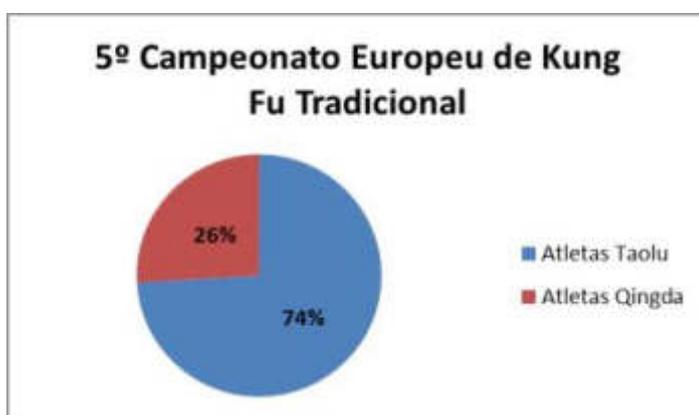
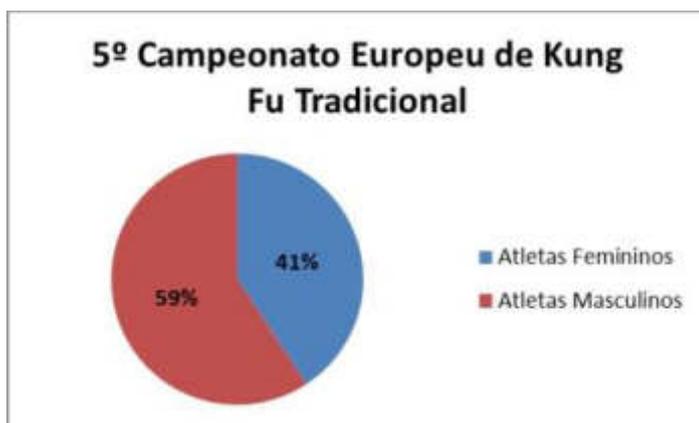
Reporte estatístico e contextualização de resultados e iniciativas desportivas, bem como pareceres do diretor desportivo da FPAMC, constituem o objeto deste relatório, analisado e revisto pelo presidente e demais elementos da direção conselho de arbitragem.

ii. Campeonato Europeu de Kung Fu Tradicional

Este foi o Campeonato Europeu em que a federação mais atletas fez deslocar, num total de 27, 11 Femininos e 16 Masculinos.

Os resultados foram impressionantes, as Seleções Portuguesas arrecadaram 6 primeiros lugares, 5 segundos e 12 terceiros o que representa o hastear da bandeira Portuguesa por 23 vezes, o tocar do hino nacional seis vezes. Por modalidades, tivemos 7 participantes na modalidade de Sanda, disciplina de Qinda (combate) com 4 terceiros lugares de pódio; tivemos também 20 participantes na modalidade de Wushu/Kung Fu, disciplinas de Kung Fu Tao Lu (formas), com 6 títulos de Campeões Europeus, 5 Vice-campeões Europeus e 8 terceiros classificados.

No parecer desta direção este evento terá presenciado a melhor participação internacional das seleções na história da federação. Serviu também como tônico revitalizador para a comunidade interessada nas modalidades tuteladas por esta federação algo que se fez notar em eventos posteriores, quer de âmbito competitivo como formativo, em que a participação foi massiva.

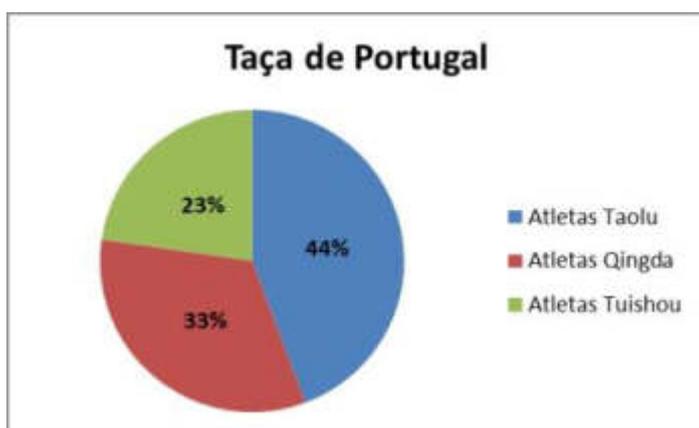
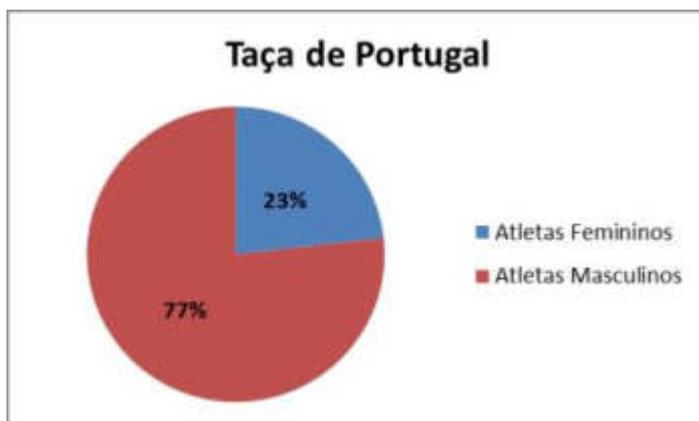


iii. Taça de Portugal

Este terá sido o evento mais difícil de organizar por parte desta nova direção mas também é algo do qual se orgulha bastante, não só pelo o facto de ser a primeira vez que é realizado desde há mais de uma década, mas também por outras duas razões, introduzimos uma nova modalidade denominada Tui Shou, e tentamos promover uma forma mais holística de praticar e competir na Artes Marciais Chinesas, um gênero de atleta mais completo em que o competidor domina transversalmente vários vetores ou disciplinas competitivos propostos, pertencentes a diversas modalidades de AMC.

Assim, a direção aposta numa Taça de Portugal que será essencialmente uma competição eclética e por equipes, no sentido de promover o trabalho e o espírito de equipe e travar a especialização, sobretudo precoce, que tem vindo a acontecer nos últimos anos pois esta vai contra o que de mais essencial existe nas Artes Marciais em geral, que é o desenvolvimento do indivíduo como um todo.

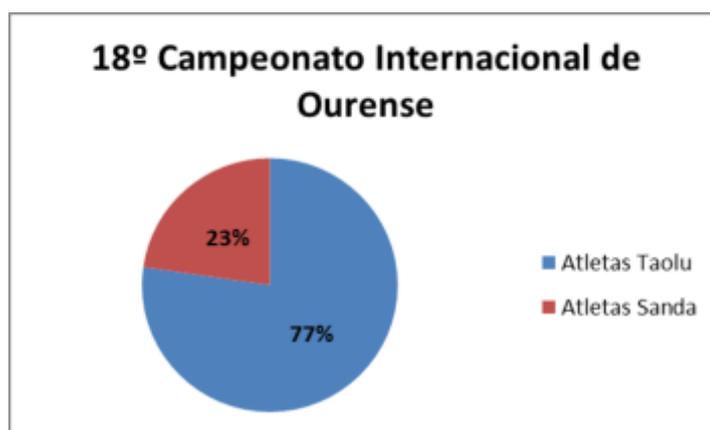
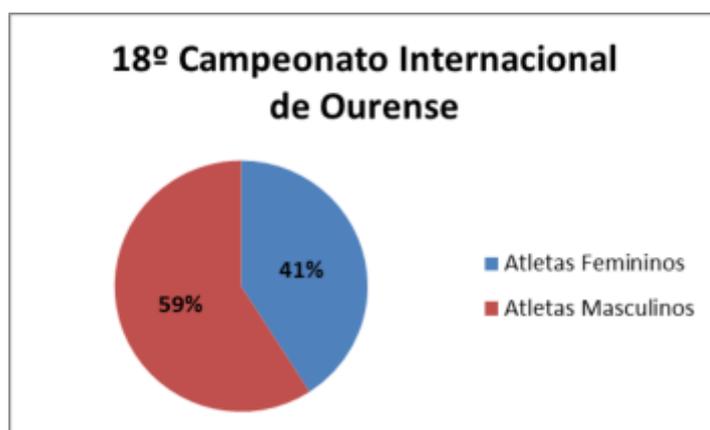
Com 9 associações inscritas e 56 atletas, 13 femininos e 43 masculinos, revelou-se uma prova significativamente participada, promissora de uma evolução crescente na participação desportiva nacional. 49 atletas participaram na modalidade de Sanda, disciplinas de Qingda e Tui Shou, disciplinas de combate desportivo. 39 atletas participaram nas modalidades e disciplinas de Tao Lu



iv. **Campeonato Internacional Cidade de Ourense**

Este torneio tem sido usual no calendário competitivo da FPAMC, no ano de 2019 a participação foi ao nível dos anos anteriores quer no número de atletas presentes nas seleções nacionais quer nos resultados. Participaram na prova 22 atletas das Seleções Nacionais, 9 femininos e 17 masculinos. Participaram 5 atletas na modalidade e na disciplina de Sanda (Combate), com 2 primeiros, 1 segundo e 2 terceiros classificados.

De salientar apenas que nesta edição da competição a quantidade de atletas inscritos foi baixa. Embora Portugal tenha apresentado um número considerável de atletas, a baixa participação, de equipas espanholas, quer por falta de representação das equipas da maior parte das 17 comunidades autónomas, quer pela quantidade de atletas das equipas presentes, e a ausência de equipes de outras nacionalidades fez-se notar, principalmente se compararmos com a participação geral em anos anteriores.



v. **15º Campeonato do Mundo de Wushu**

Em 2019 a Federação reuniu uma seleção de 5 atletas, 2 femininos e 3 masculinos para participar no campeonato do mundo, em que não participávamos desde 2015. Participaram 2 atletas masculinos em Sanda e 2 femininos e 1 masculino em Tao Lu.

Este evento foi pautado por uma qualidade superior quer na forma como foi organizado, quer pelas excecionais condições logísticas disponibilizadas, quer pelo nível apresentado pelos atletas de todo o

mundo. A seleção nacional teve uma participação modesta, sendo que os atletas de Sanda (combate), Jorge Pinto e Telmo Marinho, ficaram-se, respetivamente, pelos oitavos-de-final e quartos-de-final, os atletas de Tao Lu (formas) ficaram colocados nas seguintes posições, Ana Marques classificou-se em 24º lugar na disciplina de Jianshu e 40º lugar na disciplina de Chang Quan, Mafalda Branco lesionou-se, tentou a participação mas teve que abandonar e Vitor Magano classificou-se em 42º lugar na disciplina de Daoshu e 72º lugar na disciplina de Chang Quan.

Apesar da participação que já foi descrita como modesta, a direção da federação avaliou esta experiência como muito positiva pois serviu no mínimo para amealhar informação que nos parece essencial para o desenvolvimento da modalidade no nosso território.



vi. **8º Campeonato do Mundo de Qigong**

Mais uma vez conseguimos estar presente neste evento, o que é muito positivo.

É de salientar o esforço que as atletas fizeram para participar neste evento que decorreu na Austrália, como também os resultados obtidos. A seleção portuguesa foi composta por duas atletas que conquistaram 1 segundo lugar e 3 terceiros lugares.



vii. Campeonato Nacional de Kung Fu

Este será talvez, o evento mais importante da FPAMC daí que, também em termos internacionais tenhamos mais facilidade em obter resultados desportivos. Para que esses resultados sejam potenciados no sentido de melhorar ainda mais as prestações da seleção portuguesa em eventos internacionais do gênero, a nova direção achou por bem reformular esta competição propondo que ela represente de uma forma mais fidedigna a estrutura competitiva que os atletas nacionais irão experimentar durante os campeonatos do Mundo e da Europa de Kung Fu Tradicional que eventualmente participem. Estas pequenas alterações, mais especificamente a introdução do Tui shou e o “transporte” do campeonato nacional Qingda para dentro deste evento, foram fáceis de implementar, não havendo grande resistência por parte das associações presentes.

Assim sendo e chamando à atenção para o número de participantes e associações inscritas, que desde à muito não se via num evento federativo, 109 e 13, respetivamente, podemos dizer que campeonato foi um sucesso e que o decorreu com normalidade. Registaram-se 93 participações em Tào Lù, modalidade de Wushu/Kung Fu, disciplinas de Kung Fu, e 43 participações na modalidade de Sanda, disciplinas de Qingda e Tui Shou.



viii. Campeonato Nacional de Wushu

Este foi o ano de renascimento do Wushu na FPAMC, quase inexistente nos anos transatos. Juntamente com outras alterações, decidimos promover esta componente competitiva e com resultados muito animadores, que nos trazem alguma confiança e esperança no futuro do panorama nacional no que diz respeito a este gênero competitivo. Tal como no Campeonato Nacional de Kung Fu, tentamos aproximar a estrutura deste evento à realidade internacional.

Outro aspeto importante foi o facto de ter sido organizado em Porto-de-Mós, levando a modalidade e a federação para o centro do país, o que não acontecia também à muitos anos. Se por um lado foi positivo, por outro encontramos alguma resistêcia por parte das associações em deslocar-se até ao local, facto de nos surpreendeu, mas que achamos irrelevante e quase incompreensível, afetando no entanto o número de participantes na modalidade e disciplina de Sanda (combate). Assumimos que com o decorrer do tempo e variando o local das competições com regularidade, este fenómeno tenha tendência a diluir-se até ao seu desaparecimento.

Em jeito de conclusão, avaliando todos os fatores só podemos sentir-nos orgulhosos pela a forma como este evento foi organizado e se desenrolou.

A prova contou com a presença de 7 associações e 46 atletas inscritos, dos quais 11 do sexo feminino e 35 do sexo masculino. Houve 15 atletas inscritos na disciplina de Sanda e 31 nas diversas disciplinas de Tào Lù. Cada atleta fez uma média superior a 3 participações.



VI. Situação económico-financeira

i. Quadro descritivo

Rubrica	2019	2018
Ativo	17.662,73	16.482,73
Passivo	4.560,72	5.127,52
Fundos Patrimoniais	13.102,01	11.355,21
Gastos	73.612,42	57.585,10
Rendimentos	75.859,22	60.094,29
Resultado Líquido do Exercício	2.246,80	2.509,19

Moeda: euros.

ii. Proposta para aplicação de resultados

A Direção propõe que o resultado líquido positivo do período, no valor de 2.246,80 (Dois Mil Duzentos e Quarenta e Seis Euros e Oitenta Cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.

iii. Demonstrações Financeiras do Período 2019

d. Balanço em 31/12/2019

Moeda: euros

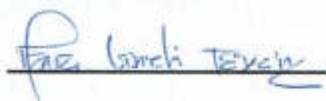
Rubricas	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	8.791,39	11.928,35
Bens do património histórico e cultural			
Activos intangíveis	6		
Investimentos financeiros			
Fundadores/beméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
		8.791,39	11.928,35
Activo Corrente			
Inventários	9		
Créditos a receber	17.4		391,00
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Diferimentos	17.5		
Outros ativos correntes			
Caixa e depósitos bancários	17.7	8.871,34	4.163,38
		8.871,34	4.554,38
Total do activo		17.662,73	16.482,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.8	6.749,74	6.749,74
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	17.8	3.605,47	-9.760,08
Excedentes de revalorização	17.8	500,00	11.856,36
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais			
		10.855,21	8.846,02
Resultado Líquido do Período	17.8	2.246,80	2.509,19
Total dos fundos patrimoniais		13.102,01	11.355,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11		
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
		0,00	0,00

Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	869,41	1.214,30
Estado e outros entes públicos	17.10	199,80	502,10
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos		876,77	536,29
Diferimentos	17.5		
Outras contas a pagar	17.11	2.614,74	2.874,83
Outros passivos correntes			
		4.560,72	5.127,52
Total do passivo		4.560,72	5.127,52
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		17.662,73	16.482,73

Porto, 11 de novembro de 2020

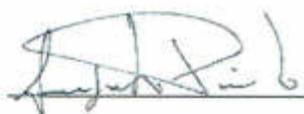
O Contabilista Certificado nº 11645

Maria Goreti Gonçalves Teixeira



PELA DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)

e. Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

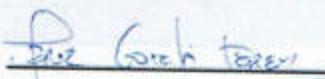
Moeda: euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	10	26.415,03	28.383,83
Subsídios, doações e legados à exploração	17.13	36.203,19	31.710,46
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-50,00
Fornecimentos e serviços externos	17.14	-58.353,28	-45.575,95
Gastos com o pessoal	15	-11.366,94	-8.722,88
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos	17.15	13.241,00	
Outros gastos	17.16	-642,39	-58,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.496,61	5.687,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-3.136,96	-3.107,58
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.359,65	2.579,43
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	17.17	-112,85	-70,24
Resultado antes de impostos		2.246,80	2.509,19
Imposto sobre o rendimento do período	14		
Resultado líquido do período	17.8	2.246,80	2.509,19

Porto, 11 de novembro de 2020

O Contabilista Certificado nº 11645

Maria Goreti Gonçalves Teixeira



PELA DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)

Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 24 de novembro de 2020

f. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2019

Moeda: euros

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6 17.8	6.749,74	- 9.760,08	11.856,36	2.509,19	11.355,21	11.355,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						-	
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						-	
Alterações de políticas contabilísticas						-	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						-	
Realização do excedente de revalorização						-	
Excedentes de revalorização						-	
Ajustamentos por impostos diferidos						-	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						-	
			13.365,55	- 11.356,36	- 2.509,19	-	
	7		13.365,55	- 11.356,36	- 2.509,19		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				2.246,80		
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos							
Subsídios, doações e legados							
Distribuições							

Outras operações

10						
6+7+8+10	6.749,74	3.605,47	500,00	2.246,80	13.102,01	13.102,01

Porto, 11 de novembro de 2020

O Contabilista Certificado nº 11645

Maria Goreti Gonçalves Teixeira



PELA DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)

Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 24 de novembro de 2020

g. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019

Método direto (euros)

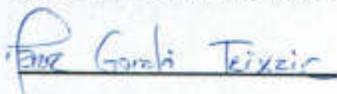
RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes e utentes		30.348,22	29.959,83
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamentos a fornecedores		-57.963,38	-46.642,19
Pagamentos ao pessoal		-9.820,86	-7.947,22
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		-37.436,02	-24.629,58
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		42.256,83	24.593,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS [1]		4.820,81	(36,19)
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis			-313,38
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO [2]		0,00	-313,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-112,85	-70,24
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO [3]		-112,85	-70,24

Variações de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		4.707,96	-419,81
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	17.7	4.163,38	4.583,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	17.7	8.871,34	4.163,38

Porto, 11 de novembro de 2020

O Contabilista Certificado nº 11645

Maria Goreti Gonçalves Teixeira



PELA DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)

Rua António Pinto Machado, nº 60, 4100-068 Porto

NIF: 502 871 091

Porto, 24 de novembro de 2020

VII. ANEXOS

i. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019

Identificação da Entidade

1.1 Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas

Pessoa coletiva de Utilidade Pública Desportiva

NIF: 502 871 091

1.2 Sede: Rua António Pinto, 60

4100-439 Porto

Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) homologada pelo Despacho nº 262/2015-XIX, de 16 de julho de 2015, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos com as do período anterior.

Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Outras contas a receber -Devedores e credores por acréscimos*” (Nota 17.4) e “*Diferimentos*” (Nota 17.5)

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	8-16
Equipamento administrativo	8-16
Outros Ativos fixos tangíveis	8-16

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Os Instrumentos Financeiros utilizados pela entidade estão reportados em:

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.
- Resultado líquido do exercício.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não

são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Os “*Encargos Financeiros*” de “*Empréstimos Obtidos*” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “*Investimentos*” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “*Substância sobre a forma*”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de *“Ativos Fixos Tangíveis”* do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não usufrui de *“Bens do património, histórico, artístico e cultural”*.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2018						
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições/dotações	Abates	Transf	Revalor	Saldo em 31-12-2018
Custo						
Terrenos e Recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	39.312,29	214,98				39.527,27
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.866,35	98,40				7.964,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.051,22					1.051,22
TOTAL	48.229,86	313,88				48.543,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais						-
Edifícios e outras construções						-
Equipamento básico	19.628,32	2874,47		5.143,64		27.646,43
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.771,47	145,77				7.917,24
Outros Ativos Fixos Tangíveis	963,88	87,34				1.051,22
TOTAL	28.363,67	3.107,58		5.143,64		36.614,89
Ativo Fixo Tangível - Valor Líquido	19.866,19					11.928,35

31 de dezembro de 2019						
Ativos Fixos Tangíveis	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições/dotações	Abates	Transf	Revalor	Saldo em 31-12-2019
Custo						
Terrenos e Recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico	39.527,27					39.527,27
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.964,75					7.964,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.051,22					1.051,22
TOTAL	48.543,24					48.543,24
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais						-
Edifícios e outras construções						-
Equipamento básico	27.646,43	3.089,45				30.735,88
Equipamento de Transporte						
Equipamento Administrativo	7.917,24	47,51				7.964,75
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.051,22					1.051,22
TOTAL	36.614,89	3.107,58				39.751,85
Ativo Fixo Tangível - Valor Líquido	11.928,35					8.791,39

Propriedades de Investimento

A Entidade não usufrui de “Propriedades de Investimento”.

Ativos Intangíveis**Bens do domínio público**

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não usufrui de “Outros Ativos Intangíveis”.

Loações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

O saldo da rubrica “Financiamentos obtidos” é nulo.

Inventários

Em 1 de Janeiro e 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019	2018
Saldo Inicial		
Compras		
Reclassif.		
CMVC		
Saldo Final	0,00	0,00

Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas e Serviços prestados	26.415,03	28.383,83
Subsídios, doações e legados à exploração	32.270,00	19.000,00
Outros rendimentos e Ganhos	13.241,00	
Subsídios de outras entidades	250,00	1.761,00

Patrocínios	3.933,19	10.949,46
Total	75.859,22	60.094,29

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2019 e 2018 não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existentes.

Ativos contingentes

Não existentes.

Subsídios/apoios do Governo e entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios/apoio do Governo” e “Subsídios/Apoios de entidades públicas”:

Descrição	2019	2018
Contrato programa - atividades regulares	32.020,00	19.000,00
Municípios	250,00	1.761,00
Total	32.070,00	20.761,00

Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não ocorreram alterações das taxas de câmbio com efeito nas demonstrações financeiras da entidade.

Imposto sobre o Rendimento

Não existe imposto corrente contabilizado.

Empregados

Benefícios dos Empregados

Descrição	2019	2018
Remuneração do Pessoal	9.382,00	7.240,60
Encargos Sobre Remunerações	1.888,82	1.384,53
Seguros Acidente no trabalho	96,12	97,75
Outros gastos com o pessoal		
Total	11.366,94	8.722,88

O número médio de empregados da FPAMC no período foi de 1.

Os órgãos directivos são constituídos por cinco elementos, não remunerados.

Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em 2018 e em 2017 a entidade procedeu à Certificação Legal de Contas.

Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

Investimentos Financeiros

No período de 2019 e 2018 a Entidade não detinha “*Investimentos Financeiros*”.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nos períodos de 2019 e 2018, o saldo da conta “*Fundadores / patrocinadores / doadores / associados / membros*” é nulo.

Clientes e Utentes

Nos períodos de 2019 e 2018, o saldo da conta “*Clientes e Utentes*” é nulo.

Nos períodos de 2018 e 2017 não foram registadas “*Perdas por Imparidade*”

Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2019, saldo nulo.

Diferimentos

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2019, diferimentos.

Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, outros ativos financeiros.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Caixa	143,15	28,45

Depósitos a ordem	8.728,19	4.134,93
Total	8.871,34	4.163,38

Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2019	2018
Fundos	6.749,74	6.749,74
Resultados Transitados	3.605,47	-9.760,08
Excedentes de revalorização	500,00	11.856,36
Resultado Líquido do Exercício	2.246,80	2.509,19
Total	13.102,01	11.355,21

Fornecedores

Nos períodos de 2019 e 2018, o saldo da conta “*Fornecedores*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	2019	2018
Fornecedores	869,41	1.214,30

Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “*Estado e outros Entes Públicos*” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Retenção de Impostos sobre o rendimento		-115,00
Contribuições para a Segurança Social	-199,80	-387,10
Total	-199,80	-502,10

Outras Contas a Pagar

A rubrica “*Outras contas a pagar*” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar - pessoal	614,00	
Devedores e credores por acréscimo	1.553,22	1.485,00
Outros devedores e credores	447,52	1.389,83
Total	2.614,74	2.874,83

Outros Passivos

Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, outros passivos financeiros.

Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018 os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Contrato programa - actividades regulares	32.270,00	19.000,00
Câmara Municipal	250,00	1.761,00
Subsídios de outras entidades		
Patrocínios	3.933,19	10.949,46
Total	36.203,19	31.710,46

Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Serviços Especializados	5.137,22	7.705,28
Materiais	9.158,22	1.893,75
Deslocações, Estadas e Transporte	35.782,66	27.934,74
Serviços Diversos - rendas	381,30	1.783,50
Serviços Diversos - seguros	6.515,67	5.815,21
Serviços Diversos - outros	1.378,21	441,47
Total	58.353,28	45.575,95

Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos suplementares	12.722,98	
Correções relativas a períodos anteriores	18,02	
Imputação de subsídios para investimento	500,00	
Total	13.241,00	

Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Imposto de selo	10,90	14,23
Taxas		
Correções relativas a períodos anteriores		
Quotizações	500,00	
Outros não especificados	131,49	44,22
Total	642,39	58,45

Resultados Financeiros

No período de 2019 foi reconhecido um gasto com juros de financiamentos de curto prazo no valor de 112,85 euros.

No período de 2018 foi reconhecido um gasto com juros de financiamentos de curto prazo no valor de 70,24 euros.

Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

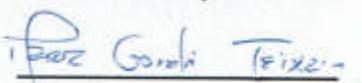
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção em 30 de junho de 2020.

Porto, 11 de novembro de 2020

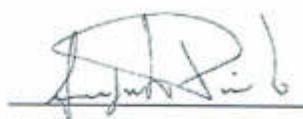
O Contabilista Certificado nº 11645

Maria Goreti Gonçalves Teixeira



A DIREÇÃO:

Presidente:



(Augusto Pinto)

ii. Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas – Balancete Final

iii. Federação Portuguesa de Artes Marciais Chinesas – Balancete Regularizações

iv. Filiação de Agentes Desportivos